

Bolsonaro quer acabar com estabilidade dos servidores

Os ataques do governo Bolsonaro contra os servidores públicos não param e estão em várias frentes mostrando o caráter fascista do governo. No Senado, o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Wagner Lenhart está defendendo o Projeto de Lei do Senado(PLS 16/2017) que permite a demissão de servidores por 'insuficiência'. Um verdadeiro abuso que serviria apenas para aparelhar os órgãos públicos sob a ameaça constante de demissão aos servidores que não estivessem alinhados politicamente com o gestor de plantão.

Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado debateu o tema e os vários representantes dos trabalhadores estiveram presentes para mostrar a indignação da categoria com mais essa tentativa de intimidação aos trabalhadores.

Além do diretor da Condsef/Fenadsef, Gilberto Cordeiro, Rudinei Marques, presidente

do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) também participou da audiência e juntos defenderam que os servidores públicos já obedecem a Lei 8.112 com código de ética que prevê formas de avaliação de desempenho e contém as regras que permitem a exoneração dos funcionários públicos.

"Mais de 600 servidores já foram demitidos segundo os preceitos da 8.112. Não tem como inventar a roda, é aplicar o que existe", Disse Gilberto Cordeiro.

"Temos que discutir a ineficiência dos servidores públicos dentro de um processo de gestão como um todo. A Condsef/Fenadsef é contrária ao projeto não só pelo vício de origem, mas especialmente pela necessidade de discussão ampla da forma de gestão", apontou, criticando a ausência de investimento em estrutura. "Sempre fomos a favor da avaliação de desem-

penho associada à qualificação dos servidores e a um plano de carreira", acrescentou.

Já Rudinei Marques, presidente do Fonacate, lembrou que o Brasil possui uma das menores proporções de servidores públicos em atividade, com 12% da população, enquanto países desenvolvidos têm cerca de 22%. "Entre 1991 e 2015, a população brasileira cresceu 35%, enquanto o número de servidores aumentou apenas 9%. Falar que o serviço é ineficiente é uma ofensa", criticou

O Sindsep/MA também cerra fileiras com a Condsef/Fenadsef contra esse Projeto que tem como única finalidade tirar a estabilidade dos trabalhadores públicos previstos na Constituição Federal de 1988. "Não podemos aceitar que o governo use desse método fascista como ferramenta de tortura contra os servidores públicos" disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Trabalhadores na educação farão greve nacional em 13 de agosto

Movimento da categoria inclui marchas nos municípios em defesa da educação, da democracia e contra os a reforma da Previdência e outros retrocessos.

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias



Arquivo CNTE



Unidade das centrais faz crescer a luta contra o fim da Previdência, diz Vagner

A classe trabalhadora, os sindicatos, os movimentos sociais, os estudantes já têm nova data para voltar às ruas e protestar contra os cortes de verba na Educação, a reforma da Previdência e o conjunto dessa obra destrutiva que é o governo Bolsonaro. De forma unitária, a CUT e todas as Centrais Sindicais decidiram apoiar e participar do Ato Nacional dos estudantes, em 12 de julho, em Brasília.

Menos de dois meses após os grandes atos de maio e após a exitosa greve geral de 14 de junho, na qual 45 milhões de brasileiros cruzaram os braços contra o fim da aposentadoria, retomaremos o espaço público. Estaremos juntos com a UNE (União Nacional dos Estudantes) durante seu congresso nacional em Brasília. Julho, aliás, será um mês de muita luta em todo o País e locais de trabalho, com os sindicatos orientados a intensificar o processo de coleta de assinaturas contra a reforma da previdência, cujo documento final será entregue ao Congresso Nacional.

O ato em Brasília se somará aos que as centrais vem realizando neste primeiro semestre, que garante à população espaço para se expressar e expor ao mundo o descontentamento com o governo Bolsonaro. Nosso estado de mobilização é permanente. As Centrais e seus Sindicatos atuam diariamente junto aos trabalhadores para barrar a aprovação da proposta que desmonta o Sistema de Seguridade e

Previdência Social.

Nossa mobilização incessante prioriza também a pressão sobre os parlamentares. Seja nos gabinetes, nos aeroportos dos Estados onde estão suas bases eleitorais, nos corredores ou em frente à Câmara, o trabalho militante de pressionar deputados e senadores é diário, incansável e criativo.

Os parlamentares já perceberam o ônus que terão em aprovar uma proposta impopular como essa. Prova disso é o fato de essa pressão popular já ter nos garantido a vitória de ver itens decisivos da proposta, como o regime de capitalização, serem retirados do texto original. Mas ainda é pouco.

Não queremos essa proposta que está posta pelo governo, nada nela nos serve, nada nela melhora a vida dos trabalhadores e da população mais pobre do País. Muito ao contrário: só prejudica e empobrece.

Bolsonaro - é sempre importante destacar - não anunciou uma única medida positiva, favorável à classe trabalhadora nesses seis meses de desgoverno. Nem aos trabalhadores, nem aos estudantes, nem para ninguém que não seja fabricante de armas, ruralista, empresário, banqueiro...

E mesmo essa elite, representada em maioria no Congresso Nacional, já manifestou perda de confiança no presidente que ajudou a eleger, daí a estagnação da economia e

dos investimentos no País. As pesquisas comprovam que Bolsonaro vai morro abaixo em popularidade e que o Brasil não sai do ponto morto.

Pela aposentadoria, pelos nossos direitos, por empregos, pelas verbas à educação, por tudo isso e mais, julho já é uma mês importante à luta contra o desmanche que o governo vem impondo ao País. Nas ruas, os trabalhadores tem espaço e tempo, vez e voz para dizer ao País o que Bolsonaro e sua equipe inconsistente se negam a ver e ouvir:

- Não queremos essa reforma da Previdência, não queremos o fim da aposentadoria, não queremos cortes de verbas na educação, na cultura, no saneamento, nos programas sociais; não queremos um país dividido e, ao mesmo tempo, acudado pelo ódio e desmandos de um governo sectário, conservador, despreparado, raivoso, incompetente.

Essas certezas unificam nossa luta. Uma unidade de ações que foi determinante para o êxito das iniciativas e mobilizações até esse momento coordenadas pelas Centrais Sindicais contra a reforma da Previdência.

O compromisso das Centrais é investir na manutenção dessa unidade de ação que faz crescer a mobilização e, por sua vez, amplia a unidade, em um círculo virtuoso de luta.

Vagner Freitas Presidente da CUT